



Câmara dos Deputados  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

**REQUERIMENTO Nº.           , DE 2015**  
**(Dos Srs. João Paulo Papa e Julio Lopes)**

Requer o envio de Indicação ao Ministério das Cidades, relativa à renovação da parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para atualização do Atlas de Saneamento, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V.Ex<sup>a</sup>. que seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a renovação da parceria entre o Ministério das Cidades e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para atualização do Atlas de Saneamento, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA.

Sala da Comissão, em           de dezembro de 2015

Deputado **João Paulo Papa**

PSDB/SP

Deputado **Julio Lopes**

PP/RJ



Câmara dos Deputados  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

**INDICAÇÃO Nº.           , DE 2015**  
**(Dos Srs. João Paulo Papa e Julio Lopes)**

Sugere a renovação da parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para atualização do Atlas de Saneamento, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA.

Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades,

Com a finalidade de contribuir para que toda a população brasileira e as futuras gerações tenham acesso aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, foi criada a Subcomissão Especial da Universalização do Saneamento Básico e do Uso Racional da Água - SubÁGUA, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

A SubÁGUA reuniu, entre abril e novembro de 2015, representantes dos atores institucionais que colocam em prática, no dia a dia das cidades brasileiras, a política nacional de saneamento básico. A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, órgão do Executivo Federal responsável pela promoção do acesso universal aos serviços de saneamento, participou de maneira incisiva desta agenda conjunta.



## Câmara dos Deputados Comissão de Desenvolvimento Urbano

A presente Indicação é, portanto, fruto desse esforço coletivo e se dirige especificamente à necessidade da continuidade do processo de geração de indicadores robustos e capazes de apoiar o planejamento do setor de saneamento, especialmente aqueles indicadores habilitados para traduzir o impacto social dos serviços de saneamento básico sobre a saúde da população e a qualidade do meio ambiente.

Para oferecer resposta a esta demanda do setor de saneamento, sugerimos que o Ministério das Cidades renove a parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para atualização do Atlas de Saneamento.

O Atlas de Saneamento foi desenvolvido até o ano 2011 mediante a citada parceria. Foi, também, embasado pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB. Complementamos, dessa forma, a nossa sugestão, com a recomendação da retomada da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB, bem como a recomendação da integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, instituído pela Lei nº. 11.445/2007 - Lei de Saneamento, em seu artigo 53.

Consideramos que os indicadores abordados pelo Atlas, conforme consta em sua última versão, de 2011 – *“a abrangência, qualidade e eficiência dos serviços de saneamento, sua relação com o meio ambiente e a saúde da população, além dos temas envolvidos com a institucionalização e gestão do saneamento básico em nível municipal e, finalmente, as tendências delineadas entre o crescimento da população na última década e as necessidades de criação, ampliação e de melhorias dos serviços de saneamento”* – são de grande valia para que o setor possa fazer frente aos desafios impostos pelo objetivo nacional da universalização do saneamento.



Câmara dos Deputados  
Comissão de Desenvolvimento Urbano

Registramos, por fim, que o Relatório Final da Subcomissão Especial da Universalização do Saneamento Básico e do Uso Racional da Água encontra-se à disposição de V.Sa., conformando-se como um instrumento de trabalho que atualiza o diagnóstico do setor de saneamento a partir da visão daqueles que operam estes serviços essenciais para o desenvolvimento da Nação e para a vida dos brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão, em        de dezembro de 2015.

Deputado **João Paulo Papa**

PSDB/SP

Deputado **Julio Lopes**

PP/RJ